



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: MARIO COVAS NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11/08/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Declaro abertos os trabalhos da 11ª Audiência Pública, que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, realiza no ano de 2017. Tendo por objetivo expor e debater o PL 367/17, do Executivo que disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD; introduz alterações na Lei 16.211, de 27 maio de 2015. O tema de hoje: Parques, Praças e Planetários.

Informo que a reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Informo que foram convidados para essa reunião, além do público geral, e interessados, os Srs. Wilson Poit, Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias; Gilberto Natalini, Secretário do Verde e Meio Ambiente; Sergio Lopes Cabral, Diretor da SPParcerias e os Srs. Vereadores: Aurélio Nomura, líder do Governo, José Police Neto e Rodrigo Goulart.

Passo a palavra ao Sr. Secretário Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT – Obrigado nobre Vereador Mario Covas Neto, Em nome de S.Exa. cumprimento todos os nobres Vereadores presentes; Secretário Gilberto Natalini e todos os presentes na galeria e também aos telespectadores da TV Câmara São Paulo.

É um prazer estar aqui mais uma vez, em uma série de audiências públicas do PL 367, para esclarecermos todas as dúvidas e recebermos contribuições. Hoje, novamente a pauta é a concessão de parques.

Creio ser um assunto que debatemos bastante, continuamos à disposição aqui hoje até às 17hs para ouvirmos mais, anotarmos e melhorarmos o PL. Sempre é bom reforçar, o que já dissemos muitas e terminamos, inclusive a última audiência, que esse projeto do Prefeito João Doria de Desestatização, é um projeto que visa reduzirmos o tamanho do Estado, tirarmos o Governo de negócios onde ele não é absolutamente necessário para que toda a renda, a desoneração e todo o dinheiro vindo das privatizações siga para o Fundo Municipal de Desenvolvimento cujo objetivo é que o Governo gaste energia e dinheiro, dinheiro vosso,

dinheiro de impostos apenas naquilo que é essencial para a nossa cidade: Educação, Habitação, Saúde, Segurança, Mobilidade e Assistência Social.

No caso dos parques reforçamos, mais uma vez, os concessionários que vierem a vencer esse processo – temos 21 consórcios em fase de estudo – para eles há três premissas básicas: jamais cobrar ingresso da população pra uso do parque, isso é ponto pacífico. Apesar de ser sempre repetido jamais será cobrado ingresso pra uso do parque. Segundo, toda despesa do parque, a Prefeitura será desonerada e toda despesa será assumida pelo concessionário. Terceiro, vencerá quem fizer mais investimentos no parque, melhorar a infraestrutura, os banheiros, o setor de alimentação, melhorar a área de piquenique, reter as famílias no parque, iluminação, segurança. Jamais cobrar ingresso, investir e assumir toda despesa do parque pra que a população tenha um parque mais bonito, mais limpo, bem arrumado. E a Secretaria do Verde junto com uma agência reguladora municipal vão cuidar da fiscalização e da regulação dos contratos. Nós não estamos licitando, não temos as regras ainda, mas vamos ter um contrato muito bem-feito. Estamos na fase do PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse, são muitos os interessados e estamos agora aguardando os estudos.

E o que o concessionário ganha por ser responsável pelo parque, não cobrando ingresso e fazendo investimento? Mais uma vez, pra ficar bem claro: a renda de estacionamento, a renda de alimentos e bebidas incentivando e mantendo os permissionários autorizados, que estão dentro do parque. Fica também com a renda do patrocínio de eventos e shows. Todos os parques têm eventos, shows, hoje são até cobrados, mas tendo um concessionário isso pode ser com maior intensidade, sem nunca cobrar ingresso da população mais recebendo do patrocinador do evento. A renda de um *wi-fi* bom e forte que exista no parque, que possa ser comercializado nos primeiros segundos. Também a renda de filmagens de locações para comerciais, novelas, filmes que hoje acontecem nos parques. Também aluguel de bicicletas e restaurantes bons. E outras receitas que, porventura, a gente vá

descobrir agora porque o setor privado pode ter ideias. A roda já foi inventada, em outros lugares, em outras cidades modernas, em outros lugares do mundo a Prefeitura não gasta mais como gastou em anos recentes 180 milhões por ano com os parques, sendo que esse dinheiro a população poderia ver investido em outras coisas de mais função realmente do serviço público. E acaba tendo um parque sujo...

O Secretário Natalini é um guerreiro, por milagre os parques estão ai estavam sem contratos, como ele diz, o mato dado pelo peito. Sem banheiros, sem água, sem iluminação, sem segurança.

Então é isso que o Prefeito João Doria quer, e esse projeto que trazemos hoje, essa parte do PL 367 tem muito interesse. E a ideia, como eu sempre digo, é o equilíbrio. Tem que ser bom pra Prefeitura, bom para o investidor porque o dinheiro não cai do céu, e muito bom para os paulistanos, que tenham um parque melhor, com muito mais estrutura pra fica lá o final de semana, pra ficar mais tempo no parque, sem gastar dinheiro para usar o parque, exatamente como é hoje. Muito obrigado!

Vou passar a palavra ao Sérgio, Diretor da São Paulo Parcerias, que vai mostrar meia-dúzia de *slides* revisando os conceitos básicos da concessão. Em seguida, o Secretário Natalini e vamos ouvir novamente os Vereadores, as sugestões, estamos caminhando para o recebimento do estudo e também pra votação esperamos muito o enriquecimento desse projeto, e que a lei que sair do projeto saia melhor como todas as leis que passam por esta Casa, enriquecidas. E que realmente a gente dê exemplo para o Brasil que desestatização municipal – vamos quebrar os mitos – é um negócio muito bom. As prefeituras estão enforcadas, sem dinheiro e isso vai permitir que tenha investimento no que realmente a população precisa.

Obrigado!

O SR. SÉRGIO LOPES CABRAL – Boa tarde a todos. Serei breve. A ideia é darmos um pano de fundo nesta audiência pública, conseguir captar as contribuições. Falar um

pouco dos nossos parques, da situação atual e em que ponto nós estamos do processo.

Bia, por favor. (Pausa)

Pra dar um número geral, estamos acostumados a falar de alguns parques que são mais visíveis à população – Ibirapuera, Parque do Carmo. Mas a cidade tem hoje 108 parques, daqui a pouco serão 109, o número é crescente porque é uma coisa boa, importante pra cidade, porém, junto com eles vêm os custos de operação. Como referência, o custo do Ibirapuera no último ano, e o orçamento previsto para este ano – e já não é este valor, que é bem mais reduzido – são 29 milhões de reais. Como o próprio Secretário Wilson afirmou, são recursos que empregamos no ativo e, por outro lado, não conseguimos enxergar a qualidade nos serviços aplicados: mato alto, banheiro, enfim, não condizente com o que a população precisa. E o custo total da operação dos 108 parques - corrijo são 109 - são 180 milhões de reais. Como disse o Secretário, poderia ser recurso aplicado em outras áreas prioritárias da Prefeitura.

Contrato de vigilância e manejo reduzido interrompido na grande maioria dos parques, o Secretário Natalini poderá falar um pouco disso, e um pouco o histórico de 2008 a 2016, o que aconteceu com o número de parques da cidade versus o orçamento disponibilizado aos parques. Observamos que o número de parques sai de 49 para 107 e o orçamento decresce de 211 para 146. Ou seja, é uma curva inversa de quantidade de parques sendo disponibilizados na cidade e recursos disponibilizados pra operação dos parques. É um cenário que tentamos minimizar com o processo de concessão.

Temos aqui alguns exemplos, e saindo um pouco dos parques mais turísticos, na Vila Guilherme o Parque do Trote. Essa é uma situação de uma casa que existe lá. A cancha de bocha, lá na Aclimação. E aí fazemos contraponto entre alguns parques em São Paulo que já tem alguma gestão privada, porém, com outro formato, não é no formato de concessão, mas que vem... É que a concessão no modelo anterior – desculpe, Secretário – não no modelo da lei recente, mas é uma concessão. E também o Parque do Povo. Podemos sim observar o

tratamento dado aos dois parques. É um *benchmark* que nós tentamos buscar com esse processo.

Premissas e Diretrizes. O Secretário já disse que não será cobrada entrada, em hipótese alguma. Além disso, não haverá shows cobrados de quem participar do show, e sempre de quem patrocinar os shows, isso já acontece. Os concessionários serão rigorosamente fiscalizados, inclusive na preservação ambiental desses espaços. É importante reforçar que o cumprimento da Lei Ambiental e o cumprimento das normas dos parques serão mantidos. Isso não está em discussão. A discussão não é essa. O contrato de concessão vai prever e deve prever critérios objetivos de fiscalização. O papel dos Conselhos Gestores, como já foi perguntado em outras audiências, continua existindo. É uma competência dada por lei e vai ser mantida. O prazo mínimo que a gente está colocando para o procedimento de manifestação de interesse para a apresentação dos estudos é um prazo de cinco anos e este procedimento foi em um primeiro momento observou-se 14 parques que abrangem todas as regiões da Cidade. A ideia com este estudo, como disse o Secretário, é a gente poder capturar as melhores ideias e posteriormente confeccionar o edital de licitação.

Então, em que ponto estamos hoje? Lançamos o procedimento de manifestação de interesse, tivemos 26 empresas que se interessaram para se habilitar. Dessas 26, foram habilitadas 21 empresas. Dia 24 de agosto é o prazo para apresentação dos estudos. De posse desses estudos, a gente coleta as melhores ideias, seleciona os melhores estudos e confecciona o edital. Esse edital também será fruto de audiências públicas e no nosso cronograma estaríamos partindo para contratação nos primeiros meses do ano que vem.

Esse é um cronograma que a gente busca dentro desse processo. Claro, tudo depende da aprovação do projeto de lei que está nesta Casa.

Um pouco do que o Secretário falou de onde vem essas fontes de receita. Enfim, foi dito aí exploração de alimentos e bebidas, estacionamento, eventos - de novo reforçando - sempre cobrando o patrocinador, o que a gente acha que pode trazer de ganho para este

processo é a desburocratização, agilidade do privado em contratação, enfim, em poder olhar ativo de forma como o mercado privado olha no sentido de poder contratar mais rápido, lógico, nunca esquecendo o interesse público. Acho que o grande ponto aqui é partirmos do interesse público e daí trazer o interesse privado para poder pagar conta. Os permissionários que estão nos parques e basicamente a grande maioria no Parque Ibirapuera, no estudo, no edital do PMI, já prevê a obrigação de quem apresentar o estudo de prever a integração com o permissionário que já está lá. Então também esperamos receber no dia 24 o modelo.

O período de transição. Existem contratos que a Secretaria do Verde tem hoje de manutenção, manejo e que, basicamente, acho que até o momento da concessão esses contratos já estarão vencidos ou poderão ser trocados. Na verdade, o concessionário não precisará assumir esses contratos, poderá fazer a contratação dele, mas vamos ter que prever esse período de transição. Existem alguns equipamentos basicamente dentro do Ibirapuera que não estão no PMI que é o caso da Bienal, do MAM, do Museu Afro-Brasil e do Museu Paulista. Viveiros e planetários. Viveiros, exceto do Cemucam, e os planetários estão no PMI, mas não está tomada a decisão se será dentro da concessão dos parques. Isso dependerá dos modelos que vieram. Lógico, sempre respeitando a função pública dos equipamentos. Acho que é isso. Muito obrigado e ficarei à disposição para eventuais perguntas.

O SR. GILBERTO NATALINI – Obrigado, Presidente Mario Covas Neto pela oportunidade. Quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar os demais Srs. Vereadores Rodrigo Goulart, Police Neto, Aurélio Nomura, meus Colegas de Câmara, Secretário Poit e cumprimentar cada um dos senhores e senhoras aqui presentes. É um prazer estar aqui, mais uma vez. E serei muito rápido, muito objetivo.

Essa questão da concessão... O Sr. Prefeito, quando foi candidato, já tinha colocado no seu programa de Governo a concessão, inclusive dos parques. Então, quem apoiou e quem votou no Prefeito, votou em um programa de Governo que previa esse movimento de concessões. Então, não é uma coisa que apareceu depois que o Prefeito tomou

posse. Já, na campanha eleitoral, S.Exa. defendeu, inclusive em programas. Então, não é uma novidade. Primeiro ponto.

Segundo ponto. Concessão de parques também já aconteceu no Brasil e no mundo. Aqui, no Brasil, aconteceu em vários governos, de vários partidos. Eu vou só dar dois exemplos, aqui, de concessão, que foram feitos, em nível Federal, há alguns anos: a concessão do Parque Itaipu e a concessão do Parque da Tijuca, no Rio de Janeiro, que são parques federais que foram concessionados, e hoje vivem no modelo de concessão.

Aqui, na cidade de São Paulo, temos um parque concessionado há mais de 20 anos, que é o Parque Burle Marx. Na época, a área foi doada para o parque e houve um acordo com a empresa que doou a área e que há a concessão do parque até hoje. Então, essa história, essa questão de concessão não é novidade. Ela existe, e vem na campanha do Prefeito Doria.

O que eu queria levantar aqui, para os senhores, que eu acho que é importante é o seguinte: hoje, nós também temos parques adotados, em São Paulo. Não é concessão. Quer dizer, a administração é pública, mas existem adotantes de parque. Temos o Parque do Povo, que foi colocado ali, onde a Prefeitura coloca 90 mil reais por mês, todo mês, a administração é da Prefeitura, e três empresas grandes colocam, cada uma, 50 mil reais por mês. Somam-se 150 com mais 90, então o parque está sempre com certo superávit de recurso. Por isso que é um parque que tem condição de respirar, não depende exclusivamente de orçamento e de verba pública. Outro parque, em que foi assumida a concessão agora, já na gestão do Prefeito Doria, é o Parque Alfredo Volpi, que foi adotado pela Rede D'Or. Está passando por uma série de intervenções, de melhorias, de investimentos, e a Rede D'Or vai sustentar o parque no que diz respeito à zeladoria, ao manejo e à vigilância, os gastos do Parque. Mas a administração do Parque também continua feita pela Prefeitura. A direção do Parque é nomeada. Não é uma concessão, é uma adoção.

Existem várias outras adoções, em São Paulo, parciais, de pedaços de parque, que

as pessoas falam: “Olha, eu quero ajudar a tomar conta disso aqui”. O próprio Ibirapuera teve alguns investimentos, até, grandes. A fonte do Parque do Ibirapuera será reinaugurada, agora, dia 21 de agosto, dia do aniversário do Parque, às 18 horas, em um grande evento, com um show com João Carlos Martins.

Então, essas questões já existem e, agora, estão sendo colocadas sob a forma de um projeto de lei. Está sendo estudada a possibilidade de a conta fechar. Existe uma que, aí, eu, pessoalmente, não posso abrir mão e não abro mão, e o Governo também não está abrindo mão, e eu acho que a cidade não pode abrir mão. Primeiro, o parque é público, então não se vai cobrar ingresso de ninguém para entrar nos parques. Essa é uma primeira premissa importante. Quer dizer, quem assumir o parque, não será dono dele. O parque é público e as pessoas vão entrar.

Para os senhores terem uma ideia, segundo estimativa da Secretaria do Verde, no ano passado entraram 38,7 milhões de paulistanos e paulistanas nos parques da Cidade. é um número que corresponde a três vezes a população da Cidade. Então, essa é uma premissa, a gratuidade.

A outra premissa, que eu acho fundamental como ambientalista, como militante das questões ambientais, é que o parque não perca o seu caráter de patrimônio ambiental. Porque parque é parque e clube é clube. Se for para transformar o parque em um clube, aí já fica complicado.

Então, o que é um parque? O parque é um espaço onde como pessoas entram em contato com a natureza, as pessoas contemplam a natureza, as pessoas convivem. Pode, eventualmente, ter um evento ou outro, pode ter um pedaço de esporte, mas nós não podemos suprimir mata para fazer campo de show nem de esporte; não podemos espaventar as árvores; iluminar as árvores de baixo para cima, para os passarinhos sumirem do parque; não podemos assorear a bica da água que nasce dentro do parque. A maioria dos nossos parques têm nascentes.

Então, esse patrimônio ambiental, 107, 108, parece muito, mas não é muito. São Paulo precisa de mais patrimônio ambiental. Então, a gratuidade, o parque é público, e esse é um princípio. O Secretário Poit já falou, aqui, que isso está garantido.

A outra questão é o patrimônio ambiental que o parque representa. A cidade de São Paulo, nem o Prefeito, querem abrir mão disso. Dentro desses dois parâmetros, que são fundamentais, a concessão tem de ser estudada e não é um pecado em si. Porque, como eu disse, há vários parques, no Brasil, inclusive federais, que são concessionados e que continuam parques. Então, eu queria colocar essa questão. É a maneira como eu vejo. E me coloco à disposição, aqui, Vereador Covas, para esclarecer aquilo que estiver ao meu alcance. O processo administrativo mais profundo está sendo feito pelo Secretário Poit e nós, da Secretaria do Verde, estamos dando subsídios, participando.

Outra questão, que eu acho basilar, é a questão da participação popular. Os Conselhos de Parque, os Conselhos Gestores de Parque vão continuar, vão ter voz ativa, vão tomar conta, como hoje é, como existe hoje. Então, essa questão também estará garantida na lei.

Obrigado pela oportunidade. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente Mario Covas Neto.

Cumprimento a todos os presentes.

Serei extremamente curto. Eu vi a explanação com relação ao Parque Ibirapuera. Falou-se do Masp, do Museu Afrobrasileiro, mas lá no Parque temos um equipamento que é extremamente caro para nós, descendentes de japoneses, que diz respeito ao Pavilhão Japonês.

O Pavilhão Japonês foi construído no quarto centenário, com o apoio da Casa Imperial Japonesa, e serviu para unificar aquela questão dos derrotados, não derrotados

depois da Segunda Guerra Mundial. E ele representa um marco muito importante para a união dos descendentes nipo-brasileiros.

Então, a dúvida que eu tenho diz respeito a isso, porque se falou na concessão de diversos equipamentos do parque. Mas não se falou com relação ao pavilhão japonês. Essa é a minha indagação.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO LOPES CABRAL – Vereador, o pavilhão japonês continua com a associação que está lá, ele é independente, já cobra ingresso e, até por uma falha nossa, ele não está dentro deste PMI, ele continuará da forma como está sendo atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Vamos começar com as manifestações das pessoas que se inscreveram. Tem a palavra o Sr. Tobias Furtado, do Parque Ibirapuera Conservação.

O SR. TOBIAS FURTADO – Boa tarde. Faço parte do Parque Ibirapuera Conservação, que é uma associação de amigos do parque, como a gente viu nos casos bem sucedidos que o Sérgio Lopes apontou na apresentação. O Parque do Povo tem uma associação que toma conta daquilo: eles doam dinheiro para a associação, e a associação toma conta daquilo.

Na Fundação Birmann, outro exemplo bonito que eles apresentaram lá é a fundação ao terceiro setor. A empresa começou, passou árduos anos, conseguiu colocar o parque quase ali, pagando, e hoje ela anda muito bem. Outro exemplo de terceiro setor.

Como já falei em outra audiência, no mundo inteiro, quem toma conta dos parques tem sempre interesse público, e para ter interesse público é uma organização sem fins lucrativos. Porém, é ideal que a gente tenha, sim, toda essa agilidade privada, que é o modelo que vejo que o governo está mudando, que o Poit está correndo atrás para trazer profissionais para restaurantes, profissionais para ativos de eventos e empresas que estão focadas naquilo.

Mas para gerir parque, quando a gente fala em gestão de parque, é essencial que

tenha organizações dedicadas àquilo, a sociedade civil por cima e abraçando, para que a gente garanta que parques continuam sendo parques e que não corra o risco de, a longo prazo, se descaracterizar.

O PIC é um desses 21 proponentes habilitados para apresentar a proposta. Esse cliente passou pelo edital, e a gente decidiu que no melhor dos esforços não vamos apresentar estudos, mas a gente vai auxiliar todos os outros com uma série de dados, para ter certeza de que seja lá a proposta que chegar possa melhor auxiliar o Secretário Poit a encontrar o caminho. Obviamente que, se abrir, na Lei 9790, ou na Lei 13.019, que são marcos da sociedade civil em intenção para gerir o parque, aí sim a gente vai apresentar o nosso concurso de projetos, como a lei pede, com detalhamento.

Mas, por ora, a gente abriu e resolveu contribuir com todos, inclusive a gente já começou a cooperação com mais de seis dos 21 habilitados. Não são todos que vão apresentar. E estão aqui, desde o Plano Diretor, dados de eventos, nós estamos abrindo para todos, para garantir que as melhores propostas cheguem à Prefeitura. E se a Prefeitura, nessa análise toda, pensar que é melhor ir para o formato bem sucedido, como as adoções ou, de fato, as concessões pelo terceiro setor; o PIC e imagino que outros qualificados poderão.

Então, a gente vê com muito bons olhos esse movimento da Prefeitura, mas é essencial que a gente pense que gestão de parques não deve ter lá em cima do guarda-chuva uma empresa, ela deve ter a sociedade civil, mas tem que ter o pragmatismo de empresas embaixo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Parabéns por cumprir rigorosamente o tempo.

Em seguida, a Sra. Raquel Domingues, da Fundação Aron Birmann.

Anuncio a presença da Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. RAQUEL DOMINGUES – Boa tarde a todos. Sou da Fundação Aron

Birmann, que há 22 anos gere o Parque Burle Marx numa forma de convênio; nós também estamos inscritos no PMI.

Com relação às OSCIPs, que o Tobias estava explicando, acho importante que a população saiba que, como é uma organização sem fins lucrativos com interesse público, a nossa missão no caso do Burle Marx é a melhoria do parque. É sempre pelo Burle Marx, parque para o qual advogamos.

Esse modelo que a Prefeitura está propondo é muito interessante, principalmente para os parques, porque é uma empresa que basicamente tem este objetivo: melhorar o parque para os usuários, para a população.

As OSCIPs são controladas. Prestamos contas para a Secretaria do Verde e também para o Ministério Público estadual e federal. A população, então, pode ficar tranquila, pois há bastante gente olhando as contas. Achemos que as contas têm que ser transparentes para o público acompanhar a gestão. Acredito que se fornecermos ao público mecanismos por meio dos indicadores de qualidade para medir a gestão dos parques e fizermos um ranqueamento anual, de maneira que a população possa abrir o jornal e ver o resultado – como estão os parques, quais são os dez melhores etc – e, dessa maneira acompanhar o quanto é gasto e como o parque está sendo gerido, ganhamos a força da população para fazer uma pressão para realmente haver uma melhoria dos parques.

Ressalto a seriedade dessas entidades que estão se candidatando. Uma ferramenta nova que deveríamos implantar são os indicadores de qualidade para parques.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Sra. Antonia Cirlei de Oliveira, da Cooperativa Parque Ibirapuera.

A SRA. ANTONIA CIRLEI DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos, senhoras e senhores. Estou muito satisfeita com o trabalho da Câmara, do qual tenho participado do começo ao fim. Acho que tudo o que queremos, temos que buscar. Viemos aqui buscar

informações e fomos muito bem tratados pelo Poit, pelo Secretário do Verde. Acho que eles até estão cansados de ver minha cara, mas eu não estou cansada de ver a deles, não. Sempre levamos as nossas dúvidas para que eles possam responder. Se eu não sei de algo, tenho que perguntar a quem sabe. Por isso, venho buscar aonde podem me informar.

Sou presidente da Cooperativa do Parque do Ibirapuera e já estive três vezes com o Sr. Prefeito, que nos deu garantias diante de câmeras de TV, de testemunhas e da Câmara Municipal. Então, isso me deixa mais segura, devido a quê? Porque são 116 famílias da nossa cooperativa, mais 53 de outra cooperativa, mais 95 de outra cooperativa no parque do Carmo, que são envolvidas todas nesse processo.

Espero que nós, nesse trabalho, tenhamos contribuído para essa discussão, dentro desse projeto de concessão e privatização, eu trabalho no parque do Ibirapuera há 30 anos e sempre foi falado e discutido, já fomos até tirados por decreto-lei da Prefeitura, à época o Celso Pitta. Mas temos de pensar na pessoa humana. Lógico tem de pensar no parque, no patrimônio que serve para todo mundo, o parque é de todos, é da população, é do rico e é do pobre, lá não tem distinção, é tudo de bom. A única coisa que o pobre e o rico têm de comum dentro de São Paulo é o parque do Ibirapuera. É um espaço público. Então tenham cuidado, eu conheço o Ibirapuera como se fosse a minha mãe. Há 47 anos perdi minha mãe, então adotei o Ibirapuera como minha mãe. Criei meus filhos lá.

Eu acredito na palavra do Prefeito, porque a minha pode voar, no vento, se eu não escrever, mas a do Prefeito tem fé pública. Então, estou mais tranquila, porque creio que essas empresas concessionárias que vão vir que seja bom para elas, que seja bom para a Prefeitura, que seja bom para nós da cooperativa, que seja bom para o próprio parque do Ibirapuera, que seja bom para a população de São Paulo, porque tem de ser bom para todos. Porque se for bom só para um, não é justo, não é certo. Então tem de ser bom para todo mundo. Portanto, cabe a todo mundo debater sim.

Fiquei muito feliz de ver os jovens lá fora hoje debatendo. Todos têm direito de

acordar e vir debater seus direitos. Tudo que é público é do povo, então não podemos fazer aquilo que é público, achando que é da gente. Muito obrigada. Acabou o tempo. Agradeço a presença de todos, estou satisfeita. Estou acreditando no trabalho. Ontem mesmo estive com eles, são pessoas que estão aí para fazer o trabalho, porque se não cumprirem, vamos aos extremos. Vou pegar as famílias todas, as pessoas que trabalham lá que indiretamente são, só nossas, 1,4 mil pessoas, nós vamos lá para porta do Poit, para a porta do Prefeito, mas alguma coisa tem de ser feita. Agradeço. Muito obrigada (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Agora passo a palavra, fazendo a mesclagem ao Vereador Rodrigo Goulart que tem aqui uma pequena apresentação para fazer.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa tarde Presidente Mario Covas Neto, parabéns pela condução de mais essa audiência pública. Cumprimentar o Secretário Wilson Poit, o Secretário Natalini, o Sérgio, da SP Parcerias, Vereadores Sandra Tadeu e José Police Neto. Saudar a todos e parabenizar a todos pela presença. Agradecer e que sejam bem vindos à Câmara Municipal. Quero ressaltar a importância da abertura da Câmara para discussão de mais um importante projeto do Executivo.

Essa proposta que eu trago é só uma alternativa, não é uma alternativa minha, mas é uma alternativa construída com algumas mãos, mãos dos usuários dos parques, dos conselheiros dos parques, dos gestores também de organizações não governamentais e por diversos Vereadores, eu, o José Police Neto, participamos juntos dessa construção, mas também juntos com alguns outros. É uma proposta para que o Poit leve para estudo lá na Secretaria. É uma forma mais efetiva que temos visto que possa servir como boa alternativa.

Alguns dos objetivos dessa nossa proposta. Primeiro, inovar com agilidade privada no cuidado de áreas públicas, que tem sido uma lição que a Gestão Doria tem dado aos gestores públicos do País de que, junto à iniciativa privada, conseguimos ter sucesso. Já são diversas ações do Governo que têm mostrado isso.

Segundo, fomentar com novas receitas e a redução de custos, que acho ser o

objetivo principal da gestão. Melhorar com isso também a infraestrutura, abrir o leque e a qualidade dos serviços também desses locais que a gente tem discutido; manter o interesse público na gestão, como bem ressaltou o Sérgio, um dos grandes objetivos também é manter o interesse público na gestão e a participação efetiva da sociedade; assegurar com toda certeza a entrada gratuita nesses locais; incentivar o engajamento de todos no cuidado da Cidade, os cidadãos, empresas e Fundações; também é muito importante remunerar os serviços ambientais que hoje são prestados pelos parques. O Secretário Natalini sabe bem disso e com todo empenho tem trabalhado muito para isso.

Também garantir o cumprimento do compromisso de campanha que foi endossado pelos eleitores. O nosso Prefeito João Doria foi eleito com todos os eleitores acreditando e isso é um compromisso homologado pelas urnas. O exemplo que ele deu há época desses discursos foi do Central Park, inclusive acredito que o Secretário Wilson Poit tenha visitado e com certeza poderá trazer aqui para nós esse modelo. A organização social que hoje cuida desse parque, que gera o parque, já investiu próximo a um bilhão de dólares. Tenho certeza de que temos de usar modelos de sucesso para trazer para cá e tenho certeza de que esse é um dos modelos.

Vou falar das propostas que temos através do texto. O Executivo propõe e procuramos aprimorar na Casa. Vou ler as propostas.

Garantir a adoção de modelo similar ao Central Park com entidades sem fins lucrativos. A desestatização prevista nessa lei para os parques, praças e planetários se dará exclusivamente através de parcerias com organizações da sociedade civil de interesse público, as OSCIPs, que são definidas pela Lei nº 9790/99 selecionados a partir de concursos de projetos prevendo o plano de trabalho por cinco anos prorrogáveis por igual período. Como disse o Tobias sobre as OSCIPs é essa a nossa ideia da melhor gestão do Termo de Parceria.

As condições do termo de parceria. O Termo de Parceria para a concessão de cada parque, praça e planetário deverá conter a definição do objeto que conterá a especificação do

programa de trabalho proposto pela OSCIP, a estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma.

A previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados mediante indicadores de resultados. A previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento estipulando, item por item, as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria a seus diretores, empregados e consultores.

As obrigações da sociedade civil de interesse público entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, um relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo no comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV, que fala das receitas e despesas.

A obrigação de publicação na Imprensa Oficial do Município de extrato do Termo de Parceria e demonstrativo da execução física e financeira sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

O plano de investimentos para o prazo determinado da parceria. Um item importante é sobre a abertura sobre as outras formas de cessão para entidades, sempre sem fins lucrativos, onde não houver OSCIPs interessadas para não engessar a proposta. Já pensamos em uma possível deserção, já pensamos nessa alternativa. No caso de parques, praças, e planetários cujos concursos de projetos não apresentem interessados o Executivo poderá adotar outras formas previstas em Lei para concessões, entidades e sociedade civil sem fins lucrativos, a gestão dos equipamentos na forma de regulamento ser estabelecida em até 90 dias, após a promulgação dessa Lei.

E sobre um tema que é muito levantado, que a gente garante que não vai ser, que

é assegurado na lei o compromisso de não pagamento de entrada.

Não será admitido entre as formas de remuneração da sessão a cobrança de tarifas ou taxas de admissão nos parques municipais ou outras formas de limitação, admissão nos parques municipais com exceção do uso oneroso de seus equipamentos.

Agora, nobre Vereador Natalini, uma parte que V.Exa. tem bastante interesse, que o pagamento por serviços ambientais, que um grande serviço que os parques fornecem a Cidade de São Paulo. Temos casos de áreas nas quais a legislação vigente, em especial a Lei 16050 de 2014, que é o Plano Diretor Estratégico, e seu regulamento previne a remuneração por prestação de serviços ambientais, deverá estar incluída.

Paragrafo Único. O pagamento por serviços ambientais constituem em retribuição monetária ou não de áreas com Ecossistemas provedores de serviços ambientais, cuja as ações, mantém. Reestabelecem o recuperam esses serviços, podendo ser remuneradas entre outras, as seguintes ações: Manutenção, recuperação, recomposição, enriquecimento de remanescentes florestais, recuperação de nascente, mata ciliares e demais áreas de preservação permanente e cessão de área para soltura de animais silvestres mediante critérios a serem definidos pelos órgãos municipais responsáveis pela conservação da fauna silvestre e da biodiversidade.

É importante ressaltar que além de vereador, sou formado em Medicina Veterinária, então tenho uma preocupação enorme com a fauna da nossa Cidade.

A governança como participação os usuários, isso é muito importante. Trazer a sociedade, para, além de discutir com vocês aqui, junto a Câmara Municipal de São Paulo, a participação no trabalho e no tocar dos parques e praças.

Cada unidade concedida deverá ter um conselho gestor com representação dos usuários responsável pela proposição e avaliação da qualidade dos serviços e aprovação dos planos de obras. Sr. Secretário essa a colaboração que eu, alguns usuários, gestores de parques e conselheiros também, junto com diversos vereadores trouxemos aqui para avaliação

do senhor, Secretário Natalini, e por parte do Executivo para fazer a melhor forma para que essa concessão realmente um sucesso que tenho certeza que é o que o senhor tem esperado.

(Palmas)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Anuncio a presença da nobre Vereadora Janaina Lima, acompanhada de um Vereador de Porto Alegre, Felipe Camusato e o Deputado Marcel Vanrater. Peço uma salva de palmas aos nossos visitantes, do PP e Partido Novo.

Passo a palavra aos Srs. Membros da Mesa. Com a palavra o Sr. Secretário Gilberto Natalini.

O SR. GILBERTO NATALINI – Achei a contribuição do nobre Vereador Goulart, do grupo de Vereadores bastante propositiva, e analisar com muito carinho. Não tenho nada a antepor a principio. A questão, precisamos analisar melhor, porque ela traz alguma novidade, mas ali tem algumas coisas que estão contidas, do que eu falei aqui na minha intervenção inicial: não cobrar ingresso, gratuidade, parque público, serviço ambiental; terceiro, a questão dos conselhos gestores. Então era isso.

Precisamos analisar mais, mas algumas coisas que dispuseram ali nós já tínhamos, então não há divergência em 80 a 90% do que foi posto ali.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GILBERTO NATALINI – Seis intervenções, o Ibirapuera, elas não se cansam de falar. Só o Doria já falou para ela umas 10 vezes, que fique tranquila. Ele não vai poder, de jeito nenhum, desdizer o que disse então... Nós também temos... já falei para vocês, não só para vocês como a outra cooperativa que esteve lá comigo, nesses dias. A presença dos cooperados que estão prestando serviços, tanto no Ibirapuera, quanto no Carmo, pela posição do Prefeito, do Secretário Poit, da nossa posição, está garantida. Nós não vamos romper a palavra do meio do jogo para frente, está certo? Então, vocês fiquem tranquilos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Secretário Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT – Quero agradecer também as colaborações. Eu creio que estamos caminhando bem alinhados. Deixar claro que o interesse público está acima de tudo.

Uma coisa que já falamos também, mas para deixar bem claro, no negócio dos parques, a Prefeitura não está buscando ganhar dinheiro com isso. Nos parques, nós queremos desonerar a Prefeitura e fazer com que eles fiquem muito melhores para a população, que possam ser usados de forma mais adequada, sem gastos para nós.

Penso que também para os interessados, como foi dito aqui, organizações, empresas amigas da Cidade, nós temos outros atrativos, no Plano de Desestatização, em que nós podemos ter interesse econômico maior, nos parques, não é um negócio para se ganhar dinheiro. A Prefeitura quer desonerar e acredita que os interessados vão equilibrar as contas nisso e trazer...

A sugestão dos indicadores, da transparência, hoje com tantos aplicativos, é totalmente factível que tenhamos painéis de controles para cada parque, *ranqueamento* para, realmente, comparar esses parques.

Queria dizer para a Dona Antonia, mais uma vez, para ficar tranquila. O Prefeito já prometeu isso diversas vezes, creio que podem ficar sossegados. Já consta que quem for o vencedor, os concessionários já estão considerando no estudo fomentar, melhorar os quiosques, os lugares. Nós queremos um parque moderno e mais bonito.

Agradeço a contribuição da Raquel, da Fundação Aron Birman, estamos alinhados com a parte financeira para os parques. Deixar claro para a população de São Paulo, mais uma vez, há muitos mitos e enganos, ninguém está vendendo os parques da Cidade, não se trata de privatização, ninguém vai vender nada. É uma concessão por um prazo determinado, com equilíbrio, acompanhamento e fiscalização de que as coisas fiquem melhores. Poderemos depois renovar o contrato, poderemos interromper contratos antes, fazer uma nova concessão,

é uma concessão. Não é privatização nem venda.

Foi falado aqui, queria agradecer as contribuições, dizer que todas estão anotadas. Agradeço ao Tobias a ajuda que está dando para os outros concessionários, sempre tivemos um diálogo bastante aberto. E principalmente agradecer o Vereador Goulart, representando os demais Colegas da Casa, os demais Vereadores pela contribuição que trouxeram ao nosso projeto, muitas delas já totalmente alinhadas. Vamos estudar para colocar no substitutivo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Agora temos outro bloco de manifestações. Anuncio o encerramento das inscrições.

Anuncio a presença do Vereador Tripoli.

Tem a palavra o Sr. Maurício Guimarães, do Parque Ibirapuera Conservação.

O SR. MAURÍCIO GUIMARÃES - Boa tarde a todos. Obrigado pelo espaço. Sou diretor do Parque Ibirapuera Conservação. O Parque Ibirapuera Conservação já foi apresentado muito bem pelo Tobias. Gostaria de acrescentar alguns pontos. Também sou membro do Conselho Gestor e gostaria de reforçar a fala do Vereador Goulart.

O modelo de OSCIP tem algumas vantagens intrínsecas a ele, uma das vantagens é o engajamento de pessoas físicas e da sociedade civil como um todo. Uma empresa pode ter um potencial de investimento muito maior no começo, porém ela tende a afastar potenciais interessados na gestão do Parque.

Pensando como membro do Conselho Gestor, é muito importante que essas pessoas estejam do lado da gestão da concessão. Segundo ponto, o modelo OSCIP tem algumas vantagens tributárias para arrecadação de recursos e isso facilita a alocação desse investimento em melhorias, inclusive na captação de recursos internacionais.

Quando a gente fala que o Parque não tem o interesse de retorno financeiro, que a Prefeitura não tem interesse de retorno financeiro com o Parque, tem uma coisa que chama muita atenção: as empresas têm. Elas têm interesse de alguma forma tirar o superávit do

parque para fazer sua distribuição de lucros. O modelo OSCIP agrega com todo o superávit do Parque sendo reaplicado nele. Seja qual for esse modelo, é muito importante preservar que todos os recursos de superávit sejam mantidos no parque.

Outro ponto importante é a questão da replicabilidade. Uma organização da sociedade civil tende a estabelecer parcerias com outras organizações, ela tende a estabelecer parcerias com associações de bairro de uma maneira muito mais facilitada que vai permitir uma gestão muito mais próxima, por exemplo, dos parques que não terão ou não tem, nesse primeiro momento, possibilidade de superávits que podem não se tornar atrativos para a iniciativa privada corporativa.

Esses são os meus comentários. Gostaria de agradecer mais uma vez sobre o espaço. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Obrigado pela sua contribuição. Sr. Eduardo Sales, do Conselho Gestor do Ibirapuera.

O SR. EDUARDO SALES – Boa tarde a todos. Sou Eduardo, do Parque Ibirapuera. Sou Conselheiro do Parque e sou também um dos vendedores autônomos do Parque.

A dúvida é o seguinte: já foi dito que a gente vai permanecer, mas não foi dito em quais condições. Vimos outro local que foi concessionado e o valor que pagavam subiu tanto que a maioria não tem condição de pagar, por isso eles têm de sair. A outra dúvida é a respeito do Conselho Gestor mesmo. Vai ser mantido o Conselho Gestor com todos os seus direitos? Imagino que isso pode bater de frente com o interesse da empresa que tiver a concessão do parque. Vamos supor, de repente um evento muito grande o Conselho Gestor quer barrar, vai de encontro ao interesse da empresa.

Basicamente é só isso o que eu tinha para perguntar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Otacilio Ribeiro, da Associação dos Clubes de Várzea do Campo de Marte.

O SR. OTACÍLIO RIBEIRO – Boa tarde a todos e a todas.

Essa semana saiu uma matéria no *SPTV* sobre nossa luta lá e no *G1* sobre a preservação dos campos de várzea do Campo de Marte. Estamos lá há 60 anos, construímos um complexo esportivo, que é o último reduto da várzea de São Paulo. Não tem um centavo de verba pública, dez mil pessoas por semana usam o lugar gratuitamente e estamos preocupados com o Campo de Marte.

Somos favoráveis à construção do Campo de Marte. Aliás, temos um movimento pela construção do parque público, o Parque Peruche, que é o mais antigo de São Paulo. Estamos há 35 anos lutando pela construção do parque público, o Parque Peruche.

O Parque Peruche, a gente chama de terra do samba e de esportistas, porque temos quatro escolas de samba e dos três maiores esportistas do Brasil: Pelé, Eder Jofre e Adhemar Ferreira da Silva, dois saíram do Parque Peruche. Então, a nossa luta pelo parque público é muito antiga e nós estamos favoráveis.

Esse projeto de lei que o Goulart apresentou é muito importante, porque nós estamos pedindo que aquele pedacinho nosso de 35 mil metros, num total de 400 mil metros, que é o parque, nosso pedacinho está do ladinho, seja transformado num CDM. Porque seria um fator histórico na cidade de São Paulo, um CDM com seis campos de várzea, um dos únicos que ainda existem na cidade de São Paulo.

Esse pleito nosso, inclusive, vai de encontro ao plano de metas do Doria. O Doria está de parabéns pela construção desse parque no Campo de Marte, vai valorizar muito a zona Norte. No Plano de Metas do Doria, Sr. Secretário Wilson, Natalini, Police, Mario Covas e demais Vereadores, o Plano de Metas nº 11, subitem 18.3 e 18.6, está dizendo que tem que incentivar e aumentar em 30% a questão do esporte na cidade de São Paulo. Lá é usado o campo por todas as faixas etárias, desde a criancinha, tem 3.000 alunos nas escolinhas de futebol, tem um projeto social, tem os equipamentos esportivos, lúdicos, tudo.

Então, Sr. Secretário Wilson, Natalini e demais Vereadores, olhem com mais atenção, porque ali dá para fazer o nosso CDM. Seria uma vitória do Governo Doria e da

cidade de São Paulo. O CDM como último reduto de futebol de várzea de São Paulo. Eles são muito craques, além de mim saíram Basílio, Serginho, Zé Maria, Wilsinho, Ataliba, muito jogador. Ali é um reduto de craques.

Olhem por nós com carinho, Secretário Wilson, Natalini e demais Vereadores, nos ajudem nesse nosso pleito, que é um pleito para a cidade de São Paulo. É um pleito histórico. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Tem a palavra o Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, vou ser bastante breve. Quero começar minha fala e cumprimentar os Secretários.

O Vereador Natalini, Secretário, foi muito preciso, falou que a questão da concessão não é o pecado em si e é verdade. Mas, a forma com que se escreve a legislação pode ser o pecado total e não em si. Por isso, o esforço e quero parabenizar a apresentação do Vereador Rodrigo Goulart, trazendo as inovações legislativas nesse momento.

E onde elas estão? É onde eu quero fixar a maior parte da pequena abordagem de três minutos que tenho aqui a oportunidade de fazer. Acredito que precisamos construir um compromisso junto com a gestão Doria na aprovação desse importante projeto, garantindo que nenhum centavo deixe de ser investido para preservação, manutenção e ampliação das áreas verdes.

Então, a primeira questão é a seguinte: se nós tínhamos, em 2008, 49 parques e temos, hoje, 107, a Cidade tem que comemorar, e não se desesperar. Se gastávamos 211 milhões e estamos gastando 146, o administrador errou objetivamente, porque, reduzir recursos da única fonte de vida que a Cidade tem que é o seu maciço vegetal que realiza os serviços ambientais, é um erro para as futuras gerações.

Por maior que queira ser a desoneração, ela deve ser na competência e qualidade que o gestor público não teve e, portanto, temos hoje mato e banheiros sujos – que não são

grandes problemas. O grande problema dos parques e áreas verdes é não prestar serviços ambientais que garantam a vida da Cidade. E o projeto que chegou à Casa não tratou em nenhum momento disso.

A primeira questão que a gente tem que garantir é que nenhum centavo a menos deva ser investido, portanto, nós estamos discutindo quais as competências técnicas que o setor público não teve e que a sociedade civil organizada, privada, sim, como a Fundação Birmann, como o PIC, como a organização sem fins lucrativos que toca o Parque do Povo, e não é um agente privado com fins lucrativos que está lá. Continua sendo uma entidade privada sem fins lucrativos que tem três agentes financeiros e utiliza daquilo que foi muito bem falado pelo Tobias que é a forma que desonera o custo da gestão desse agente privado sem fins lucrativos. Porque essa gestão também é mais barata do ponto de vista tributário, portanto, é melhor termos a sociedade que se organizou para produzir capital intelectual e não capital material, que é a grande divisão apresentada pelo Vereador Rodrigo Goulart, construída ao longo dos 15 dias para a gente ajustar quem deve disputar a gestão das áreas verdes da Cidade.

Na nossa opinião, não é a sociedade civil que busca riqueza material, o lucro, mas, sim, a sociedade civil privada que produz capacidade e capital intelectual. Essa é a abordagem fundamental para a gente no dia de hoje.

Nós acreditamos no modelo que o Prefeito Doria escolheu durante o período eleitoral. Ele falava em todo o canto: “O melhor modelo é o modelo do Central Park”. O modelo do Central Park foi esse apresentado pelo Vereador Rodrigo Goulart.

Portanto, afasta as entidades que produzem lucro, porque é absolutamente incompatível a produção de serviços ambientais, que é a base original e o propósito das áreas verdes, da produção do lucro.

Quando uma empresa não produz lucro, ela quebra; se o nosso parque não produzir lucro, quebra a Cidade, porque cidade sem parque e sem áreas verdes não vive.

Portanto, estamos numa fórmula, sim, apresentada hoje pelo Vereador Goulart, que nos dá a certeza de termos os melhores da sociedade para oferecer o que de melhor temos, afastando parte da gestão ineficiente que o Estado trouxe aos nossos parques, mas aliando o investimento do recurso público, sim.

Se tínhamos 200 milhões em 2008, precisamos ter os mesmos 200 milhões neste ano para termos mais parques, mais áreas verdes e serviços ambientais com maiores competências.

Por isso, defendo, sim, o projeto, mas defendo a alteração trazida pelo Vereador Goulart. Esta, sim, aponta o modelo que o Prefeito anunciou à sociedade, o modelo do Central Park, o modelo que mais avançou, o modelo mais reconhecido e que já é tocado por algumas entidades na cidade de São Paulo, mas que a gente se esquece de falar.

A Fundação Birmann já faz isso aqui, o PIC tenta fazer isso e a Fundação do Parque do Povo também já o faz. Portanto, eu acho que a gente avança no dia de hoje apresentando isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Vereador José Police Neto. Passo então diretamente a palavra para o Secretário Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT – Mais uma vez, obrigado pela contribuição trazida pelos Vereadores, pelo pessoal do Ibirapuera. Estive no Central Park aproveitando uma ida a Nova Iorque junto com o Prefeito João Doria e visitamos o Parque. Encontramos uma série de receitas assessórias que a gente não tem aqui, patrocínio desde bancos para o Parque, como para vistas de algumas ruas, árvores e uma série de coisas até diferentes para o nosso meio.

Não descartamos de maneira alguma o modelo de OSCIP. Acho que estamos aqui discutindo isso democraticamente, afinal já estamos no mês de agosto, com o PL 367 aqui, ouvindo a população, ouvindo quem trabalha nos parques, ouvindo os Vereadores para construirmos juntos o melhor modelo.

Mas sugiro, nesse momento, vamos aguardar agora, estamos por poucos dias para

recebermos os estudos feitos por diversos interessados, tanto organizações sociais, pessoas físicas, pessoas jurídicas, empresas amigas da Cidade que vão trazer opções e soluções e baseados nas melhores ideias vamos partir para o edital de licitação ainda este ano.

Estamos felizes porque achamos que parque, que é um negócio de interesse público muito grande está na frente. E este ano ainda devemos levar a mercado com incentivo ao esporte. Gostaria de dizer para o Sr. Otacílio que está nos planos, já conversamos sobre a reforma dos campos de futebol no Campo de Marte, a construção também de vestiários. Talvez não a mesma quantidade de campos que há lá hoje, mas uma grande para o que temos lá. E o Conselho Gestor será mantido e vamos procurar a melhor maneira de conciliar com o gestor de cada parque.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Agora outra rodada, os inscritos são Dora Ribeiro, Pedro Pugliesi e Elizabete, do gabinete do Vereador Paulo Frange.

Tem a palavra a Sra. Dora Ribeiro, da Associação Amigos do Parque Buenos Aires.

A SRA. DORA RIBEIRO – Boa tarde, obrigada pela oportunidade, também sou Conselheira Gestora do Parque Buenos Aires e acho que o que ouvimos há pouco dos vários depoimentos, o que me chamou a atenção e que acho que também deve ser levado em consideração é a complexidade de uma Cidade como São Paulo.

A complexidade do entorno dos parques que não estão sozinhos nos lugares onde estão, têm uma relação intensa com as populações que vivem à volta deles. E a única forma, em nossa opinião, de tratar dessa complexidade, de abraça-la e de conseguir um modelo que realmente responda a essa complexidade é através da participação da sociedade civil. E da sociedade civil sem fins lucrativos.

Isso, como já foi dito aqui pelas pessoas e pela proposta agora apresentada para alteração do projeto de lei pelos Vereadores, nos parece que é a melhor solução. E, sobretudo, porque o projeto de lei que foi apresentado não trata da especificidade dos parques, trata da questão da desestatização.

Ora, pensamos que os parques são um patrimônio único na Cidade e precisam ser tratados como tais. A única forma é que isso fique de fato na lei, claro, todos os princípios que para nós são importantes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Pedro Pugliesi.

O SR. PEDRO PUGLIESI – Boa tarde, sou empresário, queria cumprimentar a Mesa e a iniciativa da desestatização, eu sou microempresário e defendo muito isso. É muito importante para a evolução da nossa Cidade.

O meu ponto é simples: Eu gostaria de saber por que e como a cessão, seja dos parques, das praças e das outras iniciativas da secretaria, quando elas vão abordar o micro e o pequeno empreendedor, se vai haver um espaço dedicado para ele, para justamente fazer a sua proposta. Da mesma forma que a lei 8666 prevê que o micro e o pequeno empreendedor tenha uma vantagem nas licitações, uma vantagem obviamente para fomentar o micro e o pequeno empreendedor, eu gostaria de saber se isso vai ser feito também junto a essas iniciativas. A segunda pergunta é em relação quais vão ser os SLA, *service level agreements*, que vão ser colocados nas gestões dos parques e das praças. Aí eu pergunto como usuário. A terceira pergunta é sobre o parque Cemucam. Eu vi que ele está fora. Eu gosto de andar de *mountain bike* e lá há muitos assaltos. Temos vários problemas lá e acredito que um serviço como esse, uma parceria com a iniciativa privada ajudaria muito as pessoas que utilizam aquele parque. Também gostaria de vê-lo inclusivo nessa iniciativa.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Sra. Elizabeth, do gabinete do Vereador Paulo Frange.

A SRA. ELIZABETH – Boa tarde a todos. Eu gostaria de fazer algumas perguntas. No PDE, nós temos 269 parques que compõem o sistema de áreas protegidas, verdes,

espaços livres na nossa Cidade, sendo que 264 novos parques foram demarcados no Plano Diretor. A questão é: Não seria possível, nessa concessão, a cada parte concedida, propiciar-se a construção e manutenção dos parques ainda não implantados na Cidade? Por que não executá-los com os recursos dessas concessões?

Também gostaria de perguntar sobre o Parque do Campo de Marte, se ele poderia fazer parte dessa concessão, já que é tão importante para a nossa Cidade e para o Sr. Prefeito. Gostaria também de perguntar a respeito das praças e dos planetários, que não entraram ainda nessa PPI. Quais praças estariam em condições de participar de uma concessão? Também sobre os planetários, qual o custo para manter os nossos planetários, qual a situação física dos planetários? Eles estão funcionando regularmente?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a nobre Vereadora
Janaína Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Boa tarde, senhoras e senhores. Gostaria de cumprimentar, em nome do Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, meu Presidente, Sr. Mario Covas Neto e o Sr. Wilson Poit, Secretário de Desestatização, meu amigo e companheiro de partido. Não poderia deixar também de cumprimentar o sempre Vereador, querido amigo Natalini, um guerreiro aqui do bem, que está aí também bravamente lutando pela nossa Cidade.

Gostaria também de cumprimentar a você, cidadão, que nos acompanha pela TV Câmara. Mais uma vez, estamos aqui a um detalhe frisar democraticamente. Como vem acontecendo em todas as audiências públicas, respeitando o estado de direito, e não poderia ser diferente, estando nós aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é importante a gente reforçar as palavras do nosso Sr. Secretário Wilson Poit, que está aí liderando esse plano sensacional, de desestatização, que vai mudar o Brasil. Não haverá cobrança. Não haverá. Nunca se falou isso. Afinal de contas, existem pessoas

querendo confundir a opinião pública em torno disso. Não haverá, nunca houve sequer a possibilidade dessa ideia na cobrança na entrada dos parques, planetários ou quaisquer outros bens que estejam aqui em discussão nesta audiência ou no Projeto de Lei 367/17. As concessões simplesmente passarão a gestão à iniciativa privada, na qual pode ser incluída a sociedade civil organizada. Temos o privilégio de contar com muitos de vocês sendo parte integrante dela, vindo aqui participar e dar sua contribuição. Nesse sentido, gostaria de cumprimentar e parabenizar os senhores e as senhoras que aqui estão presentes, tendo vindo aqui contribuir com o projeto e, mais do que isso, trazer sua mensagem e exercer a cidadania.

Essas pessoas que tentam confundir têm um único objetivo: atrapalhar a evolução da Cidade. E isso é o que não devemos permitir, porque quando essas pessoas criticam o projeto de concessão, elas nunca, jamais comentam que os parques e planetários geram um custo aos cofres públicos de 180 milhões de reais. Disso elas não falam. Também não trazem sugestão de onde a Prefeitura pode gerar esse recurso para poder investir em saúde e em educação.

Na verdade, essas pessoas entendem, sim, só não explicam para a opinião pública. São 55 bilhões de Orçamento da Prefeitura para dar conta de saúde, de educação, de segurança. Se a arrecadação cai, temos que focar no essencial. E o que a Prefeitura, com o PL 367/17 busca é trazer eficiência na gestão. Para isso, pretende passar os serviços que não são essenciais à vida do cidadão, como parque e uma série de outras coisas, para quem entende a fim de focar no essencial às pessoas e a fim de construir coletivamente a melhor alternativa para a sociedade.

Não existe almoço grátis. Dinheiro não dá em árvore. Por isto que a Prefeitura está aqui buscando o apoio da sociedade civil: para construir alternativas a fim de cumprir seu papel.

Todos nós aqui vimos os custos que a Prefeitura apresentou e, por outro lado, também assistimos à apresentação o Tobias e de tantos outros que vieram aqui trazer o

conceito do que já existe, como o Parque do Ibirapuera, o Parque Burle Marx.

A sociedade civil tem condições de ajudar a Prefeitura na gestão desse desafio. Por isso, gostaria de convidar todos vocês a nos ajudarem a informar a sociedade. Vocês, que vieram aqui participar e tiveram acesso a essa informação, que, de fato, possamos derrubar esses mitos. Mais do que isso: que possamos engajar a sociedade para que o investimento do dinheiro público, dos pagadores de impostos, vá para quem mais precisa. Quero que o Parque do Ibirapuera seja modelo para o Parque Santo Dias, para o Parque do Carmo, e que todas as pessoas que moram nos bairros carentes e mais afastados da Cidade tenham a oportunidade de ter um parque de qualidade, com eficiência na gestão e, mais do que isso, que a Prefeitura exerça seu papel de garantir o essencial a todo cidadão.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Secretário Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT - Muito obrigado, Vereadora Janaína, pelo apoio e sugestões dos presentes. Agradecer ao Pedro pela ideia do empreendedorismo no parque, do espaço para o micro e para o pequeno empreendedor. Acho que é algo que podemos garantir na licitação. São Paulo é uma cidade superempreendedora num momento de tanto desemprego, tanto incentivo a isso.

Dizer que a questão do SLA, traduzindo para todo mundo, são os painéis de controle, são os indicadores, a transparência, se é que gente vai querer em relação ao combinado. Quer dizer, vamos poder ter indicadores, não só para premiar, como para chamar para uma reunião o concessionário que não estiver cumprindo. A questão do “ranqueamento”, que foi falado aqui também é superlegal.

Também dizer que o Cemucam está dentro sim. Deixar muito claro que nesse PMI não quisemos colocar os 107 parques. É um custo muito grande para todo mundo estudar os 107. Então, escolhemos 14 parques para medir o interesse dos possíveis concessionários, mas

recebendo esses estudos – e eu digo que são mais de cem estudos, porque alguns estão estudando todos; outros, meia dúzia; outros, dez parques.

No final, no momento da licitação, vamos juntar tudo e temos interesse em concessionária, é um compromisso do Prefeito João Doria até ir aceitando a contribuição dos Vereadores. Vamos procurar fazer o maior número possível de parques. Certamente o Cemucam mesmo, não estando dentro do Município, mas sai dos nossos cofres a segurança, a iluminação de lá.

De novo, Campo de Marte vai entrar sim. O próprio Prefeito disse essa semana que é o 108º parque. E planetários e praças estão sim dentro do PMI, modelos de negócios talvez diferentes, mas o próprio quem está propondo o estudo vai se agregar com concessionários de planetários e também temos o estudo das praças.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado. Agora vamos fazer dois blocos de quatro oradores que se inscreveram, porque o tempo está curto. Assim damos oportunidade para que os oito inscritos possam se manifestar.

Tem a palavra o Sr. Arlindo Amaro, arquiteto do Ipiranga.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa tarde a todos. Sou Arlindo Amaro, da região do Ipiranga. Parabéns à Mesa pela iniciativa.

O que vejo no momento é que já vimos em governos anteriores a situação da Cidade, em que se muda Governo e se mudam as agendas.

O que propomos para São Paulo de 2001 a 2010 estamos aguardando até hoje, não saiu do papel. Temos o Plano Diretor Regional do Ipiranga, que fala sobre os planos regionais, os parques e áreas verdes, os caminhos verdes e parques lineares, 2002.

Em 2014 teve o Plano Diretor novamente falando sobre isso e até hoje estamos aguardando esses projetos.

O Plano Diretor, que foi discutido nesta Casa, estamos aguardando. Foi votado pelos Vereadores para a modificação da Cidade pela reurbanização dos parques, pela

reurbanização da Cidade, vemos São Paulo ainda paralisado desde o ano 2000.

Teve o Estatuto da Cidade, a Lei 10.257, que criou todos esses instrumentos de melhoria da Cidade e a gente não vê isso sair do papel. É como eu disse: muda-se o governo, muda-se a agenda.

Nós estamos com 200 dias - sete vezes três 21 – de Governo e até agora não vimos nada de gestão pública.

Temos a questão do Parque da Independência um terreno que foi feito o Decreto de Utilidade Pública pelo Decreto 46.530 aprovado, nesta Casa, em 2005, pelo Prefeito Serra. Um terreno de 22 mil m² que é do Parque da Independência e está abandonado, cheio de mato, insetos, e tais. O Parque da Independência é um lixo, é o berço da independência nacional e não há o devido cuidado pelo berço da Independência. O Córrego Ipiranga, 10 km cheios de esgoto, como Vereador disse, eu duvido que ele use um banheiro sujo, é horrível você entrar em um banheiro já lotado de esgoto. Não acredito que alguém gostaria de usar um banheiro sujo.

Pedimos também a criação no Parque Independência de uma ciclovia. Isso já foi pedido desde o Plano Diretor, em 2002, que ligue o Centro Cultural do Parque da Independência até o Jardim Zoológico. Mas isso não sai do papel.

Então, tem que tomar cuidado com essas propostas. O ano que vem é ano eleitoral e vai mudar muita coisa e não vamos ter talvez tudo o que está se falando, vai ficar no sonho. Os conselhos gestores têm pessoas que fazem as leituras dos parques, são pessoas que não tem determinação para a regulamentação de qualquer coisa. É assim: fala que eu te escuto. Mas isso que você está falando não vai ser votado.

O cidadão que falou sobre os casos da ATPU, o cara que vende dentro do parque, ele tem uma permissão de uso. Será que essa permissão de uso vai continuar? As empresas que vão ter interesse pelo parque, elas não querem prejuízo. A empresa privada não admite prejuízo. Não está bom? Para o serviço, encerra-se tudo, como se vê nas obras públicas da

cidade de São Paulo. Muito obrigado e até breve.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Eduardo Merheje, do Centro Democrático dos Engenheiros.

O SR. EDUARDO MERHEJE – Eu sou anteriormente da Suape, do Ibirapuera, era quando a gente tinha uma entidade, inclusive nós ajudamos a formar vários parques no Brasil, que procuravam o formato da associação para fundar nos seus locais a nova associação.

Nessa época, eu me lembro até quando a Suape estava dentro do Ibirapuera e mostrando a sua cara para todo mundo, a todo momento, coisa que depois que o Carlos Neder me procurou para formar o projeto de Conselho de Parques, que inclusive eu fiquei fora porque na hora que formaram esses conselhos, o sistema eleitoral era celulares, as pessoas do entorno tem o deles, mas a Cidade também tem que sobreviver. É inadmissível pensar que o Parque Ibirapuera pertence só as três primeiras quadras que estão ali. Isso tem de levar em consideração.

Com relação ao Central Park, se formos basear uma concessão de início em função de um local como o Central Park, em um modelo totalmente econômico diferente do nosso, totalmente outra coisa, nós estamos começando, estamos engatinhando em um processo onde a iniciativa pública, as prefeituras mostraram-se incompetentes na hora de realizar as coisas. Não se fala em acessibilidade.

Hoje, você vai ao MAC, aquele museu no portão 3, do Parque Ibirapuera, você passa a Ponte Ciccillo Matarazzo e você tem uma calçadinha de um metro e meio para o pessoal tomar o ônibus ali, do transporte coletivo que tanto incentivam. Na hora de o pedestre passar ali no MAC também, contemporâneo, não acessibilidade, eu queria trazer também a discussão do transporte e da acessibilidade dos parques. Isso daí é muito importante porque até hoje, me desculpe, OSCIP ou o conselho gestor ou conselho de Subprefeitura, tem se fechado, não tem conversado com a população. Eu mesmo não conhecia a OSCIP do Parque Ibirapuera, e eu sou uma pessoa que acompanha isso *ipsis litteris*. Não vejo isso acontecer.

Gostaria também que fizéssemos uma concessão do espaço público do sistema viário onde uma ciclovia vai passar, um Bradesco pode colocar uma propaganda e conseguirmos chegar ao Jardim Botânico e Zoológico a pé ou de bicicleta.

Temos de fazer um retrofit também daquilo que fizemos no passado e o que estamos pretendendo. Eu sou totalmente de acordo a esta lei, ela vem para salvar São Paulo, vamos prestar atenção na acessibilidade desses parques, como que vai ser tratado, e também no saneamento porque, no Ibirapuera, jogar plantinha lá para absorver esgoto também não vai dar para aguentar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil ou Brasil Laerte.

O SR. LAERTE BRASIL - Sou chanceler global de assunto diplomáticos da Unesca, uma universidade de massa que estamos organizando e 98 países. A Unesca, no mês de dezembro, organiza seu congresso para lançar 15 cursos superiores fixos e 35 à distância. Uma missão de desenvolvimento sustentável dessas organizações é defender a integração e a parceria da iniciativa privada com os Poderes Públicos, só assim podemos mudar a cidade de São Paulo para o futuro. Hoje já há mais de dois milhões de desempregados na Cidade.

Tive estudando os maiores parques dos outros países, mas vou citar Londres. Londres tem 420 parques que são abertos ao público. 35% das suas áreas são destinadas à prática de esporte e lazer e todos administrados através de um consórcio.

A Unesca tem uma meta que até 2020 instituir 100 centros de saúde da boa forma física. São academias equipadas com aparelhagem de alto padrão e equipe médica em torno dos parques.

Então, quem ganhar essa concessão, vamos trazer a nossa revolução em torno dessa organização, dessa empresa que ganhar.

Mas a nossa tese é que a concessão não pode deixar nenhum permissionário já instituído nos parques e também a cultura das nações já instituídas também no Parque

Ibirapuera e demais parques da cidade de São Paulo.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Bruno Estevão, educador físico.

O SR. BRUNO ESTEVÃO – Vim falar do esporte que acredito que quase ninguém conhece no Brasil que é o beisebol. Temos um Estádio Municipal que tem 59 anos e temos 38.600 jogadores de beisebol no Município de São Paulo. Esse Estádio está degradado por conta que há duas décadas tem o mesmo gestor, há duas décadas nenhum atleta pode usar o espaço, nenhum atleta municipal - temos 76 times no Município de São Paulo, de todos os times um por cento usa o estádio, o restante joga fora da Capital porque o administrador não deixa que os próprios atletas usem o Estádio. Então temos o estádio parado, com muita investimento. Nós temos hoje em dia, no Brasil, 17 atletas brasileiros que jogam na *Major Leag*, que é a liga americana, e não temos o estádio decente, nem uma gestão decente para o esporte. Em 2020, o esporte está nas Olimpíadas e o mesmo gestor está lá há 20 anos sem mudar, e sem deixar o esporte ser fomentado no Brasil. É o terceiro esporte mais visto na ESPN, e ninguém daqui conhece o estádio do municipal. Só isso que eu queria dizer para tentar olhar um pouco mais outros esportes também, que não só os esportes de futebol, e não só o Ibirapuera. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado, eu até gostaria caso seja o seu interesse depois de colocá-lo mais próximo do Secretário de Esportes, que ele ficará satisfeito de poder ajudá-lo.

Com a palavra o Vereador Reginaldo Tripoli.

O SR. REGINALDO TRIPOLI – Boa tarde a todos, boa tarde Presidente Mario Covas Neto, cumprimento a Mesa, saúdo os Secretários Natalini e Poit, peço desculpas de ter chegado praticamente quase no final de reunião, tive um compromisso na Secretaria de Esportes, não pude estar desde o início e acabei não ouvindo todas as falas.

Serei breve na minha colocação, porque acho que os Vereadores já colocaram, a organização civil já colocou alguns pontos, mas alguns pontos para mim são fundamentais. Ouvei um pedaço da fala do Vereador José Police Neto e eu concordo plenamente que os parques devem prestar serviços ambientais. Se nós não tivermos esse foco dentro dos parques, eu acho que já se inicia descaracterizando a função dos parques na Cidade, que uma delas vem muito com a questão ambiental.

Outra coisa, esse PL 367 vem com todos os parques juntos, praças, parques, então, quer dizer, quando você faz uma concessão e trata de uma concessão, cada parque, cada praça, cada lugar desse tem uma característica própria, de região, de frequência, então acho que isso já deveria ter vindo dessa forma para que não precisássemos ter esse debate, pois, para mim, é meio obvio que isso precisa ser discutido de formas individuais. Cada parque tem uma função, cada parque tem uma característica para a população.

Vejo também que o Prefeito em várias situações, como o Secretário Poit disse que ele já falou tal assunto, já disse tal coisa sobre tal assunto, por que o projeto não veio com essas declarações? Poderia já ter vindo, por que para que nós, eu acho que esse processo de mudança do projeto poderia gerar menos desconforto, até menos trâmite dentro do Legislativo, e da opinião pública.

Vejo que a maior parte das opiniões da sociedade civil, do Legislativo e do cidadão no geral, as opiniões são muito comuns e vejo o PL indo para outro caminho. Então acho que vai ter de haver muita discussão. Eu acho e fico até um pouco triste de ver uma audiência pública com pouca gente, nós somos poucos, mas eu acho que representamos muitas áreas, muitas pessoas, muita gente da população. E acho que essa discussão tem de se alongar. Temos de discutir muito.

Para finalizar, gostaria de dizer, de novo vou falar ao Secretário Poit, como falei em outra reunião, é uma pessoa que eu admiro que tem um potencial, não sou contra a melhora da instalação pública para que o cidadão possa ter um acesso mais fácil, ter qualidade nos

serviços, sou super a favor que a gente evolua.

Eu acho que ele junto ao Prefeito João Doria são pessoas capazes que possam dar soluções para a Cidade, mas eu vejo o seguinte quando ele fala assim: “não precisa se preocupar”, de novo, para o Secretário, nós precisamos se preocupar sim. Todos nós estamos preocupadíssimos, porque existe um trâmite na Casa, existe o Executivo trazendo o projeto para cá e precisamos discutir. Tomara que essas discussões e opiniões façam parte desse projeto, para que isso seja bom para quem é, para o fim, que é a população.

Então precisamos discutir muito, só olhando aqui se tem alguma...

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Conclua, por favor.

O SR. REGINALDO TRIPOLI – Acho que temos de levar esse assunto, como você disse, que levaram ao mercado, precisamos primeiro levar isso à sociedade, e elaborar alguma coisa para levar ao mercado e ver se interessa ao mercado. Essa é minha fala. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Vereador. Com a palavra o Vereador e Secretário Natalini.

O SR. NATALINI – Eu queria só colocar o seguinte aqui, para reflexão de vocês. Foi dito aqui por alguém que usou o microfone que, desde 2000 até agora, a Cidade não evoluiu nada. Eu me dou, peço desculpas de discordar, porque em 2004, eu estava na Câmara como Vereador e me lembro que a cidade de São Paulo tinha 36 parques, hoje tem 107. Então se isso não é evolução...

E tem mais 38 parques que estão na bica, não aqueles todos do Plano Diretor, que são muitos, mas tem 38 parques que estão esperando para serem implementados. De 36 para 107, de 2004 até 2012. E de 2013 até 2016, criou-se mais um parque, que foi o parque Chácara do Jockey. Esse ano, nós abrimos mais um parque, o parque do Chuvisco, para quem não sabe, lá na avenida Roberto Marinho, aliás, um belíssimo parque, com 150 mil metros quadrados, ao lado está sendo feito, foi um termo de compensação ambiental, não é dinheiro de tesouro, é dinheiro da empresa que fez a obra, mas é o parque entregue para a Cidade.

Está lá. Vai lá ver, quem quiser ver. Em três meses foi entregue nessa gestão mais um parque.

Nós vamos caminhando para reabrir, entregar – porque não foi entregue – o parque Primavera em São Miguel Paulista, que foi suspenso, Vereador Mario Covas Neto, por uma liminar antes praticamente de ser entregue por suspeita de contaminação que, na verdade, foi provado que não existe. (Pausa) Desculpa, perdão. Foi provado que não existe. Conseguimos agora, fomos para a Cetesb, para cima da Cetesb, e a Cetesb deu um laudo, estamos esperando o juiz voltar de férias, voltando ele de férias, vamos levar e dizer: “Sr. Juiz, derruba a liminar, mais um parque em São Miguel Paulista”.

Depois desse parque da Primavera, nós estamos no caminho para fazer o projeto do parque Alto da Boa Vista. Está terminando o estudo preliminar, vamos licitar o cercamento do parque dos Búfalos. Estou vendo ali o Wesley, que é um verdadeiro, virou quase um búfalo, de tanto que batalhou por aquele parque, o parque dos Búfalos.

A questão do parque Augusta não é uma brincadeira. Fechada a permuta do terreno, o parque Augusta será implantado. Foi falado aqui do parque Campo de Marte, fizemos audiência pública com Ministério Público para ir para o Juiz junto com o Promotor, quem pediu o fechamento, lá também não tem contaminação, entrou uma liminar injusta, o parque Orlando Villas Boas, na Vila Leopoldina. Então as coisas vão indo.

Agora, é claro, se for colocar todos os 38 parques que estão na lista para serem abertos dá quase 300 milhões de reais. É bom, mas não temos esse recurso para colocar tudo de uma vez, então tem que ir por partes e abrindo aquilo que é mais fácil. Por exemplo, o Parque Jardim das Perdizes está lá pronto, fechado, tinha uma pitimba com a empresa, que é a Tecnisa, que construiu os conjuntos, fez o parque para entregar para a Prefeitura, cometeu uma série de erros administrativos, está há seis anos o parque pronto, fechado e agora, quando nós entramos, pegamos na unha, junto com a Procuradoria, estamos entrando num acordo. Eu acho que mais um mês vamos resolver a pendenga e vamos entregar o Parque Jardim das Perdizes, lá na região da Barra Funda, um parque de 180 mil metros quadrados.

Então não é assim que está tudo parado, não é assim, está andando e vai abrir parques, certo. E vai abrir parque porque estamos caminhando nisso.

Agora, além de construir os parques, que é justo ampliar, Vereador Covas, é preciso custeá-los, e aí eu vou terminar a minha fala, mas queria deixar esse registro, nós, quando assumimos o Governo, nós pegamos a maioria dos contratos de vigilância e manejos, zeladoria dos parques, vencendo ou vencidos, repito, vencendo ou vencidos, 107 parques. Parque sem vigilância, em 30 dias, dependendo do lugar, ele é depredado, como foi o Parque do Aterro do Sapopemba, que em 30 dias roubaram até os canos de fio das paredes do parque, porque não teve vigilância, e parque sem zeladoria é mato alto, é árvore caída, que não tem quem corte, é banheiro sujo etc., etc. Nós conseguimos a liberação, o Secretário Poit sabe disso, pelo Secretário da Fazenda, por causa da crise orçamentária, 50% do que nós deveríamos ter para fazer as licitações, em fevereiro. Nós fizemos as licitações em final de março e começo de abril nós entramos com 17 licitações, vigilância, zeladoria e manejo, que é roçagem, tomar conta, limpeza e tal. Vereador Covas, as nossas licitações dos parques de São Paulo só foram liberadas pelo Tribunal de Contas, desde abril, ontem, ontem. Seis meses o pessoal segurando, prendendo, para lá perguntinha, perguntinha, não sei o quê. Chegaram a perguntar para nós por que as licitações dos banheiros não tinha engenheiro químico. Perguntaram isso para nós? E nós falamos: mas precisa engenheiro químico para licitar uma limpeza de banheiro? Bom, o fato é que liberou agora. Vai demorar ainda. Para fazer justiça, a licitação de vigilância foi liberadas há três ou quatro meses, embora o dinheiro fosse curto, os parques estão com menos vigilância do que devia, mas os parques estão com vigilância. O Parque do Carmo tem 19 vigilantes de dia e tem dez vigilantes à noite. Os outros parques têm menos do que devia, mas estão com vigilância. Agora, zeladoria, não tem zeladoria nos parques, não tem banheirista. Quem está roçando o mato em parque são os administradores dos parques que aprenderam a mexer com as máquinas e eles estão fazendo. Quem está limpando os banheiros dos parques é o pessoal administrativo, ou então como é no Parque do

Carmo, a turma da cooperativa que está ajudando.

E o que nós fizemos diante dessa situação de seis meses as licitações lá na mão do Tribunal de Contas do Município e a gente padecendo e a cidade padecendo por falta de pessoas para tomar conta dos parques? O que nós fizemos? Nós fizemos 105 mutirões populares dentro dos parques. Cento e cinco. Quem quiser ajudar, sábado, amanhã, oito da manhã, o Parque Zilda Natel, aqui na esquina da Cardoso de Almeida com a Dr. Arnaldo, pode ir lá que vai ter um mutirão para recuperar o parque. Setenta e seis parques foram limpos e cuidados. Agora, é claro, Vereador, o mutirão vai um dia, limpa, roça, resolve, passou dois meses o mato cresce. Nós não temos equipe. Agora, se Deus quiser, nós teremos equipe.

Porém eu quero, só para terminar, dizer para vocês o seguinte, na minha opinião, a concessão é um processo que se for bem feito, bem caprichadinho, a Câmara ajudar, todo mundo ajudar, ela pode ajudar a Prefeitura a tomar conta dos parques, se o parque continuar público e o parque continuar parque, não virar de parque para clube, porque aí a gente perde o serviço ambiental dos parques. Esse compromisso que nós temos, de continuar tendo os conselhos gestores, a participação popular, porque o povo é que vai vigiar. O parque é do povo, o parque não de dono de ninguém, nem do Prefeito, nem do Secretário e nem da OCIP que entrará.

Então essa é a minha opinião pessoal. Estou respondendo aqui e colocando um pouco da nossa angústia pela situação que nós vivemos, desde janeiro que a Secretaria do Verde perdeu o manejo e a zeladoria dos parques. Nós éramos para termos fechado parques. Se nós não fôssemos mico de circo, como se brinca, que é aquele bichinho que no circo faz tudo, não fechou um parque, os parques estão abertos e as pessoas estão indo nos parques. Por quê? Porque nós recebemos apoio da população, da comunidade, dos frequentadores de parque, dos comerciantes que fazem doação, força tarefa dos Prefeitos regionais, como o Jacinto, lá de Itaquera e outros, que entraram para nos ajudar, os parques se mantiveram abertos. É claro, não na qualidade da situação que a gente gostaria, porque só o Parque do

Carmo, foi liberado, nós acabamos de contratar, só lá são 50 zeladores todo dia, que é a equipe que vai ficar.

E, para encerrar, as nossas licitações, com a metade do dinheiro, com o mesmo pessoal das licitações anteriores, custaram 50% do preço do que custou as licitações nos quatro últimos anos do governo passado. Isso é gestão, fazer bem com metade do dinheiro. Isso é gestão. Isso as pessoas precisam saber e precisam também valorizar um pouco porque estamos usando o dinheiro público de uma forma extremamente correta.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Secretário. Nós vamos ter o último bloco de perguntas. Sr. Márcio Pinheiro, que é usuário do Ibirapuera, depois Sr. Mauro Alves da Silva, que é do Grêmio Sudeste, Sra. Mariana Belmonte e o Sr. Wesley, do Parque dos Búfalos.

O SR. MÁRCIO PINHEIRO – Vereador Mario Covas, gostaria de saudá-lo, cumprimentar o Sr. Presidente da CCJ nesta Casa pela realização dessa audiência; cumprimentar a Vereadora Janaína Lima, o Secretário Wilson Poit, o Secretário Gilberto Natalini, os Vereadores Goulart, Police Neto, Tripoli, Sr. Sérgio, todos aqui presentes.

Como estamos abertos para sugestão, gostaria de começar, com toda humildade, pedindo licença, é uma sugestão que trago para reflexão dos senhores. Aqui foi mencionado já a importância do usuário e a participação. Já temos, sem dúvida, um importante trabalho do Conselho Gestor, mas a ideia que eu trago aqui não é nova, seria pensarmos no desenvolvendo de um *site*, o *Site do Ibirá*, com conteúdo interessante e que estimulasse de alguma forma a participação do usuário.

Seguindo a minha fala, que espero que seja breve, gostaria de parabenizar o Secretário Wilson Poit, porque com o pouco tempo que eu tenho, conheci a página do PPI Parques, quero parabenizar pelo trabalho, tem sido muito útil para mim. Fiz uma rápida leitura do termo de referência que lá consta e gostaria de, em primeiro lugar, destacar algumas

questões relativas à proteção do Parque, que eu achei muito interessantes, porque estão lá. Já temos um arco protetório.

Então, vocês podem verificar lá, para além da participação de fiscalização da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, lá constam a indicação do cuidado, qual a legislação vigente, qual o Plano Diretor Estratégico, qual a Lei de Uso e Ocupação do Solo; são citados o Conpresp, Condephaat e Pham; sistema de áreas protegidas, áreas verdes, espaços livres, licença prévia, licença ambiental dos empreendimentos, licenças de instalação e operação. Eu acrescentaria, ainda, os próprios usuários, que fazem, sim, de uma maneira ou de outra, a proteção; as associações; as organizações; o ativismo e os grupos.

Seguindo, ainda, a partir dessa primeira leitura, eu destaco e trago para a apreciação dos senhores, aquilo que se refere à exploração comercial. Provavelmente, os senhores poderão verificar isso no próprio termo de referência. Onde cita que “poderá considerar, em relação à exploração comercial, comercialização de direitos de nome, exploração publicitária, telecomunicações e de serviços, entre outros, ações de marketing, lojas, pontos fixos ou móveis de venda de comida e bebida, serviços de aluguel de bicicleta e demais equipamentos esportivos e de lazer, eventos esportivos, culturais ou de entretenimento, serviços de foto comercial e os já divulgados lanchonetes, restaurantes e exploração de estacionamento”.

Seguindo, eu peço, humildemente, para fazer uma sugestão, que seria a criação de cinco grupos de estudos. Um, relativo à modelagem administrativa, que é citada no termo de referência. Um outro grupo de estudo específico para a modelagem financeira e econômica. Um terceiro para a modelagem de engenharia e arquitetura. O quarto para a modelagem jurídica. E um quinto para fazer a interface entre a concessão e o orçamento municipal.

Em relação, Sr. Secretário, àquilo que comentamos sobre o aplicativo, que S.Exa. bem agregou a ideia do painel de controle, eu vi que lá, no próprio termo de referência, temos vários conceitos que podem subsidiar esse possível aplicativo. E eu destacaria um deles, aqui,

que é a vantagem econômica e operacional da proposta para a Administração municipal.

Por ora, é só isso. Quero agradecer a atenção de todos.

Boa tarde. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado pela contribuição.

Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva, do Grêmio SER Sudeste.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Mauro Alves da Silva, do Grêmio SER Sudeste.

Cumprimento o Vereador Covas, pela presidência; os demais Vereadores; o Secretário Natalini.

Só para destacar que é uma pena que a Vereadora Janaína não esteja aqui, porque S.Exa. disse que o Sr. Prefeito foi eleito. Realmente, e tem a maioria na Casa, mas lembrando a fala de Napoleão: quem tem a baioneta, pode fazer tudo, menos sentar em cima dela”. Então, quer dizer, quem vai administrar esses parques, não será o Sr. Prefeito, nem os 55 Srs. Vereadores. Serão os milhares de usuários, de gestores.

Então, terão de contar com esse pessoal. Não adianta forçarem a barra para aprovar qualquer coisa. O projeto, que está na Casa, é um cheque em branco. Até cumprimento o Sr. Vereador Covas por ter feito uma manifestação, no sentido de que não dá para aprovar do jeito que está, precisando haver várias modificações.

Como eu sou do Jabaquara, e lá tem a Operação Urbana Água Espriada, e há uma proposta desde 2001 e, depois, modificada em 2009, para criar um parque linear de quase 600 mil metros quadrados, então eu queria chamar a atenção do Sr. Secretário. Quando S.Exa. citou o Central Park, é bom nos lembrarmos que o Central Park foi criado para expulsar os pobres da região. Então, é esse o modelo que está sendo aplicado. Na Operação Urbana Água Espriada. E tem o detalhe, no entorno desse projeto já foi vendido todo para especulação imobiliária. Por que a gente está denunciando isso? Porque se você construir um empreendimento imobiliário para frente a de um parque você pode vender um apartamento por

dez milhões de reais. Só que o Plano Diretor permite que se construam habitações de interesse social nessas regiões, só que lá está sendo boicotado, porque o pessoal, se você construir uma habitação de interesse social próxima a esse empreendimento, o apartamento que ele ia vender por dez milhões ele começa a vender por 500 mil reais e por aí vai.

Então nós temos, eu distribui para vocês, a informação de que não adianta colocar o Conselho Gestor se não tiver poder de fato. Qual é o problema? Nós temos o Conselho Gestor da Operação Urbana Água Espreada que foi uma iniciativa, trouxe a iniciativa privada, gesto, Secovi, arquitetos, empreendedores, vendeu-se 3,9 bilhões de títulos, criou-se o fundo, gastou-se 3,3 bilhões e não entregou sequer 10% das moradias que foram contratadas. Outra coisa, a gente está preocupado porque faz a concessão, só que essa concessão vai para ter um lucro ou, pelo menos, uma rentabilidade zero. O que acontece? Se ele não tiver ele devolve, ou então ele exige aporte de recursos. É isso que a gente está colocando.

Outra coisa, lembrar ainda que o modelo do Central Park não serve para o Brasil porque a estrutura tributária é totalmente diferente. Lá o pessoal é obrigado a fazer doações, porque se não o imposto de renda come 40%, 50% da renda quando você faz de herança. Aqui no Brasil não, aqui no Brasil quem é rico não paga imposto, então não precisa fazer doação. Aquele modelo não serve.

Só para concluir, Vereador Mario Covas, a gente citou aí o caso, uma preocupação no modelo, porque lá fala em derivativo. Para quem não sabe, derivativo é que a Prefeitura vai fazer um fundo e vai lançar no mercado títulos já com dinheiro que não arrecadou. Vai acontecer o mesmo que aconteceu nos Estados Unidos com os derivativos vendendo aqueles imóveis para a pessoa, depois ninguém pagava e quebrou todo mundo e a economia. Então a preocupação é que se crie um fundo e gere uma dívida igual aos precatórios da gestão Maluf, que a gente paga até hoje um dinheiro que nunca entrou em caixa, nunca serviu para um serviço público na cidade.

Obrigado. Desculpe pelo avançar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado pela contribuição. Tem a palavra a Sra. Mariana Belmonte.

A SRA. MARIANA BELMONTE – Boa tarde. Na verdade o que tenho são muito mais perguntas, principalmente para o Secretário. Só queria começar falando para o Vereador Goulart que PSA, Pagamento por Serviços Ambientais, pela lei, que é federal, não pode ser feito em parque público, só em propriedade particular.

Outra coisa, que o Secretário falou no começo da audiência foi sobre os parques nacionais que estão em processo de privatização, de concessão. O que a gente vê no Brasil inteiro é que é uma onda grande de venda de área verde em todo o País. Então, voltando para o município, a gente tem que dividir bem o que são as categorias dos parques na hora de pensar essa concessão. A gente tem 107 parques, seis deles são unidades de conservação com regramento pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação, o SNUC, que é federal, que tem planejamento e regramento diferente de parque urbano. Porque parque urbano na cidade de São Paulo não tem um marco legal de uso e direcionamento de como é usado.

Inclusive eu queria entender do Secretário quando a gente vai ter plano de manejo nos quatro parques naturais que são derivados de compensação ambiental do rodoanel trecho sul, que fica em Parelheiros, que foram entregues em 2012. Queria entender também qual é o papel dos conselhos dentro desses editais, se os conselhos vão poder incidir dentro disso, ou se vai ser como no Governo do Estado, que a ordem vem de cima para baixo e as concessões estão acontecendo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado. Tem a palavra o último orador, Wesley Rosa, do Parque dos Búfalos.

O SR. WESLEY ROSA – Boa tarde a todos. Cumprimentar os Secretários, os Vereadores presentes na Mesa, dizer ao Secretário Wilson Poit que a gente está preocupado, sim, e continuaremos preocupados até que esse processo seja encerrado.

Se for manter o conselho gestor dos parques, isso deve constar no projeto de lei, e

a gente quer a garantia de que isso conste no projeto. Se houver uma gestão comunitária e se isso é possível através da desestatização dos parques, das privatizações, a gente quer que isso esteja garantido na lei para que essas comunidades possam, de repente, disputar até os editais dos parques.

A exemplo da av, Espriada que adotou o Decreto 5206, de 30 de dezembro de 2010, visando a execução e a manutenção de áreas verdes e espaços públicos pela iniciativa privada, o que a gente percebe é que a iniciativa privada, por exemplo, na av. Chucri Zaidan, onde estão localizadas a Editora Abril, a Rede Globo, ou seja, onde estão os maiores empresários, a gente vê investimentos da iniciativa privada. É óbvio, todo mundo quer que tenha investimento nos seus bairros, nos seus parques, nos seus espaços públicos. E, para mim, é indiferente se for da iniciativa privada ou se for público.

A gente está com um grande problema para implantar o Parque dos Búfalos, por exemplo. Em seis meses de gestão, a gente já conseguiu conquistar o Parque Augusta e, pelo jeito, já tem até projeto, e quem vai implantar o Parque Augusta? O Parque dos Búfalos, estamos discutindo só o cercamento desse parque, que agora o Secretário Gilberto Natalini falou que vai sair, mas estamos há dois anos discutindo só o cercamento do parque. Eu participei de várias audiências públicas nesta Casa para conseguir esse orçamento para o cercamento.

Então, como que a gente faz com que as propostas, com que o projeto de lei, fiquem atrativos para os parques, para os espaços públicos, à iniciativa privada, nas periferias de São Paulo; porque quem vai querer investir dinheiro sem receber em troca, sendo que lá não tem como nem fazer marketing porque a galera não tem poder aquisitivo de compra? Então, que conste no projeto de lei, assim como na fala da assessora do Frange, que as contrapartidas dessas empresas sejam um investimento nas periferias de São Paulo, que tanto necessitam de investimento, e não só Faria Lima, Berrini, Parque Augusta, Parque Buenos Aires, Parque do Ibirapuera, que já recebem muito investimento tanto público, como

privado e até já têm essas iniciativas privadas, as concessões pelas próprias entidades do entorno, que mantêm essas áreas.

A gente quer que as periferias também sejam contempladas nesses planos todos e que recebam investimento, porque isso não está garantido em lei e ninguém garante. A exemplo do Decreto de 2010, isso não aconteceu e, pelo jeito, também não acontecerá nesse projeto de lei 367.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Secretário Wilson Poit, para as considerações finais.

O SR. WILSON POIT – Mais uma vez, agradecer muito a presença de todos, as contribuições que foram todas registradas aqui; dizer que nós estamos totalmente abertos ao diálogo, ao que nós estamos fazendo em toda essa gestão, afinal é mês de agosto e estamos com o PL 367. Estaremos em todas as audiências, em todos os locais, e já tivemos reuniões nos parques para esclarecer e receber contribuições.

Agradecer novamente ao Vereador Mario Covas Neto pelas oportunidades dessas audiências adicionais, que só enriquecem o nosso projeto de lei, os Vereadores, a comunidade presente, e dizer que estamos aqui fazendo um diálogo. Não diria que estamos forçando nada, estamos democraticamente, porque não lançamos edital, não lançamos licitação, lançamos sim um PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse.

Estamos ouvindo o mercado, estamos ouvindo as organizações sociais, ouvindo o Legislativo, ouvindo a população, para fazermos o melhor possível, para que os parques funcionem independentemente da mão do Governo. O Governo pode fiscalizar, mas hoje o Governo está “gordo demais”, como a gente tem dito, como o Prefeito tem dito. O Governo cuida de muitas coisas, e nós precisamos focar no essencial, que principalmente a população mais humilde está precisando.

A ideia é desonerar e oferecer à população, sem cobrança de ingressos pelo uso

do parque, melhores condições. Várias pessoas falaram sobre preocupação. Usei essa palavra várias vezes, não só para os permissionários dos parques, mas para os permissionários dos mercados. Minha intenção é transmitir realmente, que a palavra do Prefeito é uma só. Foi uma antes da eleição, foi uma depois que ele ganhou, e foi uma nas visitas a esta Casa, também em todas as minhas colocações, que são gravadas, que estão na TV Câmara São Paulo, e que vocês estão aqui ouvindo.

Concordo que vocês têm que se preocupar, que estão aqui para isso, mas diria aos permissionários que não existe dúvida e está no PMI que os interessados têm que ser agregados. Então, transmiti a mensagem às suas famílias, porque todas as vezes que os recebi ou que os visitei, ouvia a mensagem de preocupação dessas famílias. Acho que todo mundo está certo, mas a palavra preocupação sempre foi dirigida: menos preocupação, na verdade, para os permissionários.

—————
Gostaria de agradecer a colaboração da Dora Ribeiro, da Praça Buenos Aires, sobre o entorno dos parques, e lembrar que esse é um modelo, por exemplo, do Central Park e de outros nos Estados Unidos, em outros lugares, em que realmente a vizinhança se envolve. Embora eu concorde que o modelo tributário seja outro, mas se envolve colocando dinheiro e fechando a conta, porque quem mora perto do parque realmente tem imóveis. E se o parque é bom, se está bem conservado, os imóveis vale muito mais. E esse é o modelo do Central Park, que foi tão citado.

Então, o entorno dos parques tem que participar de todas as maneiras, inclusive durante as audiências públicas esperamos isso e vamos ter, durante a licitação, no modelo de negócio.

Agradeço a todos. Novamente dizer que estamos abertos ao diálogo, que não estamos vendendo parque nenhum, jamais foi proposto isso pelo Prefeito João Doria. Estamos falando de concessão. Lembro novamente que existe a palavra “privatização”, que sim é venda. É o caso do Anhembi, de Interlagos e de alguns imóveis desta Cidade.

No caso de concessão, que representa a maioria do projeto, não estamos vendendo nada, estamos deixando a gestão na mão do privado para que o governo se concentre no que é essencial, e vamos fiscalizar; e parcerias público-privadas. Este é um governo moderno de uma cidade que precisa crescer, precisa se desenvolver, e com um orçamento superapertado. Mas continuamos. Estou aberto ao diálogo, falamos com a imprensa. Voltaremos a esta Casa em breve, na próxima segunda-feira.

Acho que é impossível dizer que este é um projeto em que não estamos ouvindo. Vocês verão os reflexos na lei e na licitação.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, eu me sinto na obrigação de fazer uma única abordagem que acho importante. Eu quero sair daqui com uma leitura de que gestão do patrimônio ambiental da Cidade é essencial. Por mais frágil que seja a gestão dos parques, por mais frágil que tenha sido a organização tributária e financeira para garantir R\$ 200 milhões para a Secretaria do Verde, eu acho importante a gente sair daqui com uma tese objetiva de que, da mesma forma que é importante a saúde reparadora, a saúde promovida por uma cidade que tem saneamento ambiental é fundamental.

Portanto, a questão da gestão do nosso patrimônio ambiental, que é saúde pública, é educação, é essencial, senão a gente descola isso imaginando que a gestão ineficiente de um sacolão, que tem a sua importância e que dialoga com o setor privado diretamente, é a mesma da ineficiência da gestão do patrimônio ambiental, do ponto de vista da essência.

Esta é uma Comissão de Constituição e Justiça, e se ela não consegue reconhecer a importância do patrimônio ambiental e dá a ele uma função secundária, a Cidade pode perder muito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Secretário Natalini.

O SR. GILBERTO NATALINI – Só para responder a moça que perguntou sobre o

manejo dos parques naturais, eu fui levantar isso quando entramos na Secretaria, em janeiro: a USP fez o manejo, foi paga e não entregou. Quer dizer, faz três anos que foi terminado o manejo contratado para que a USP fizesse; a USP fez, recebeu e não entregou. Então, ela tem que entregar o produto para a qual foi contratada e paga. Eu já falei com o Reitor, só para te responder, e estou cobrando e exigindo que a USP entregue o produto que a Prefeitura de São Paulo comprou, que é o manejo dos parques naturais da zona Sul. Então, está respondido.

Só me despedindo, Presidente, eu quero agradecer aos meus colegas Vereadores, ao Secretário Poit, que tem conduzido esse processo, agradecer aos representantes da comunidade. E, se o senhor me permitir, eu queria agradecer particularmente a Guarda Civil e a Guarda Civil Ambiental, que tem nos ajudado a impedir a invasão de áreas verdes na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Na próxima segunda-feira, dia 14, das 15h às 17h, haverá nova audiência pública deste PL a respeito de remoções e pátios, estacionamentos de veículos. Já informamos ao Secretário que, por lapso, ficou faltando uma audiência pública de um assunto que está dentro do PL, que é sobre terminais de ônibus e o sistema de transporte coletivo.

Então, já conseguimos agendar e será a última audiência pública, no dia 28 de agosto, porém, o horário que conseguimos foi às 18h30. Então, a ideia é que a gente também consiga realizar sempre no tempo regimental de duas horas, mas, além disso, também ter a vantagem de ter dado a oportunidade de que todos aqueles que se inscreveram pudessem se manifestar.

Agradeço a presença de todos, aos manifestantes da GCM, aos demais participantes.

Estão encerrados os trabalhos.